



Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.

CNPJ nº 08.822.767/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SETOP").

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include Custos e Despesas (R\$ '000), Receita Líquida, Custos Operacionais, EBITDA, and Margem EBITDA.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include Resultado Líquido (R\$ '000), Resultado Líq. antes do IR e CSLL, and Resultado Líquido.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais - R\$)

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include Receita Operacional Líquida, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Resultado Financeiro, and Lucro Operacional e antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Os custos e despesas inerentes à operação passaram de R\$ 61 milhões no exercício encerrado em 31/12/2024 para R\$ 99,1 milhões no exercício encerrado em 31/12/2025, um aumento de 62,4% em comparação ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento dos custos com Conserva, Manutenção e Operação da Rodovia. Ao longo de 2025, a Companhia elevou o nível de acompanhamento e supervisão operacional, com uma atuação mais próxima e mais crítica sobre a execução dos serviços, voltada à melhoria das condições da rodovia, à elevação do nível de serviço prestado aos usuários e à recuperação dos indicadores do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID). Esse processo também se refletiu em maiores despesas em determinadas rubricas de suporte à operação no período.

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um prejuízo de R\$ 49,3 milhões no exercício encerrado em 31/12/2024 para um lucro de R\$ 21,7 milhões no exercício encerrado em 31/12/2025. Aumento de Capital: O capital social subscrito em 31/12/2025 é de R\$ 901.447 mil, representado por 1.614.737.102 ações ordinárias (R\$ 861.447 mil em 31/12/2024), sem valor nominal, de propriedade da Via Appia Concessões S.A. Em 29/12/2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 mil com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 28/12/2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 mil com a emissão de 57.142.857 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 12/12/2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 40.000 mil, mediante a emissão de 142.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Divida: A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 327,2 milhões em 31/12/2025, como resultado da 5ª emissão de debêntures.

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include Receitas Líquidas, Receita (R\$ '000), Leves, Pesados, Abatimentos e Sobras, Receita Tarifária, Receita Bruta, Impostos sobre a Receita, Receita Líquida, Receita Líquida (ex- Construção), and Receita Líquida (excluído receita de construção).

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include EBITDA (R\$ '000), Receita Líquida, Receita de Construção, Receita Líquida (ex. construção e Reequilíbrio), Custos Inerentes à Operação, Demais Custos (ex. construção), Custos Operacionais, EBIT, Depreciação e amortização, EBITDA, Margem EBITDA, and Margem EBITDA.

Table with 3 columns: 2025, 2024, and Delta. Rows include Endividamento (R\$ '000), 5ª Emissão (série única), Caixa, Divida Líquida, and Divida Líquida/EBITDA.

4. Governança Corporativa: A controladora Via Appia Concessões adota rigorosas práticas de governança corporativa, alinhadas aos mais altos padrões do mercado, incluindo referências do segmento Novo Mercado e as diretrizes do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para fortalecer nossa aderência às melhores práticas, fazemos revisão recorrente das nossas políticas internas e adequação da estrutura organizacional para um modelo mais ágil, enxuto e eficiente. A estrutura de governança corporativa da controladora Via Appia Concessões é composta por órgãos que garantem a transparência, ética e eficiência em nossas operações. As informações exigidas pela Lei nº 15.177/25 serão divulgadas na Proposta da Administração a ser disponibilizada aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76. 5. Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13/07/2022, informamos que, no exercício encerrado em 31/12/2025, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, avaliamos eventuais conflitos de interesse em trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar o próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover interesses da Companhia. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. 6. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação, básico e diluído - em reais)

Large table with multiple columns showing financial statements for 31/12/2025 and 31/12/2024. Includes sections for Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, and Demonstrações dos Valores Adicionados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaipua - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 06/03/2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 27/05/2024, em observância à Resolução CVM nº 44, a Companhia informou a seus investidores e ao mercado em geral que, nesta data, foi concluída a operação que resultou na transferência direta de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura ("FIP Via Appia"). Com essa operação, a Companhia passou a ser uma controlada indireta do FIP Via Appia e uma controlada da Via Appia Concessões S.A. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificadas além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do equilíbrio econômico do contrato. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com data de 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de, aproximadamente, R\$ 1.659 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07"). O referido TA07 tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionada na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA07 também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada, dos quais constam previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491. Das obras previstas, a duplicação do KM 301 ao 304 e a implantação de terceira faixa dos RMs318, KM320 e KM79, foram concluídas, as demais obras estão em fase de planejamento para execução. Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 31/12/2025, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 333.523 e de R\$ 113.417 (R\$ 333.523 e de R\$ 109.261 em 31/12/2024) referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas e segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional serão registrados somente quando da prestação do serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão

apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 11. Extinta a concessão, retomam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com o Poder Concedente conforme previsto no Contrato de Concessão. Capital circulante negativo: Em 31/12/2025, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 53.273 (R\$ 81.597 em 31/12/2024). A Companhia possui gerador de caixa oriundo de atividades operacionais positivas que, somado ao caixa disponível, permite que seus compromissos de curto prazo sejam honrados. Adicionalmente, as debêntures a pagar possuem garantia da controladora Via Appia Concessões S.A. 2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 08/04/2026. Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, pressupostos e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: (a) contabilização do contrato de concessão patrocinada: Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. (b) Momento de reconhecimento do ativo intangível: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. Para os investimentos que geram potencial de receita adicional, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como

contrapartida o ativo intangível. Investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura. Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 11. (c) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de custo para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de pressupostos tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. (d) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são: 2.1. Instrumentos financeiros ativos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Reconhecimento inicial e mensuração: O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: continua ->

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 8460-9D33-4B75-25C7.



continuação

avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas decorrentes de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as provisões de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflâncias de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2 Ativo intangível:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tração estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção de curva de tração é o mais fiel reflexo e padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Ativo contratual (infraestrutura em construção)** representado pelos bens vinculados a concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 7). A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída. **2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios finais em 31/12/2025 e 2024. **2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplem pressões que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das pressões de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimento econômico. **2.5 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou contratual) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qual-quer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG050 S.A.

necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.8 Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos de caixa são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.9 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, em final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando a utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de contraprestação pecuniária:** Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura. No exercício final em 31/12/2025, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 92.865 (R\$ 13.803 em 31/12/2024), e custo de construção nos mesmos valores. **Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. **2.10 Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. **2.11 Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para o valor adicionado foi preparada a partir das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação complementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos os insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos indústriais no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de normas novas serão efetivas para exercícios finais após 31/12/2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter o impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **3.1 IFRS 18/ CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/ CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMS) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho definidas pela administração. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **3.2 Outras normas contábeis:** Não se espera que a seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40)) - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 09 (CPC 48) e IFRS 07 (CPC 40)). **3.3 Reforma Tributária:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralégais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impacto mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31/12/2025. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e contas bancárias	6.951	2.534
Aplicações financeiras (a)	36.411	6.016
Total	43.366	63.550

(a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 9,99% em 31/12/2025 (9,08% em 31/12/2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes e do Poder Concedente:**

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico	17.551	13.914
Cupons de pedágio	—	127
	17.551	14.041
Contraprestação pecuniária (a)	1.759	1.835
Contraprestação a receber do poder concedente (b)	77.547	—
	79.306	1.835

Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente - Circulante **96.857** **15.876**
(a) Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão. Os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. (b) No último trimestre de 2025, a Companhia concluiu a obra de Passos, a qual em acordo com o Poder Concedente, ARTEMIG, será reembolsada monetariamente. O valor será pago em duas parcelas, sendo a primeira no 1º trimestre de 2026, correspondente a 70% do valor total e a segunda parcela será paga no segundo trimestre de 2026. A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperada com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024																										
A vencer	96.857	15.876																										
6. Partes relacionadas: As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:																												
Saldos patrimoniais Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024																										
Serviços compartilhados - controladora:																												
Via Appia Concessões S.A. (a)	3.878	1.678																										
Contas a Pagar para partes relacionadas:																												
Soluçiona Conservação Rodoviária (b)	1.197	—																										
Total	5.075	1.678																										
Passivo não circulante																												
Dividendos a pagar - Controlador:																												
Via Appia Concessões S.A.	5.785	5.785																										
Total	5.785	5.785																										
31/12/2025	31/12/2024																											
Custos e Despesas																												
Via Appia Concessões S.A. (a)	17.687	9.149																										
Soluçiona Conservação Rodoviária (b)	27.984	—																										
Total	45.671	9.149																										
(a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente à gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora Via Appia Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 18 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de serviços. (b) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 16 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços. A prestação de serviços foi iniciada em novembro de 2024. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante destinado e reconhecido como despesa nos exercícios finais em 31/12/2025 foi de R\$ 2.393 (R\$ 2.221 em 31/12/2024) os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.																												
Salários e bônus	2.393	1.762																										
Encargos	—	385																										
Outros benefícios	—	74																										
Total	2.393	2.221																										
7. Ativo contratual e intangível da concessão: A movimentação é como segue:																												
Intangível em uso	31/12/2025	31/12/2024																										
Saldos em 31/12/2023	1.457.860	1.458.955																										
Adições	25.547	30																										
Baixas	(85)	(85)																										
Saldos em 31/12/2024	1.483.322	1.125																										
Saldos em 31 de dezembro 2024	1.483.322	1.125																										
Adições	88.358	70																										
Transferências (b)	(52.785)	(52.785)																										
Baixas	(621)	(621)																										
Saldos em 31/12/2025	1.518.274	1.195																										
Amortização acumulada	Intangível em uso	Direito de uso de software																										
Saldos em 31/12/2023	(586.837)	(867)	(587.704)																									
Amortização	(98.312)	(73)	(98.385)																									
Baixas	85	—	85																									
Saldos em 31/12/2024	(685.064)	(940)	(686.004)																									
Saldos em 31/12/2024	(685.064)	(940)	(686.004)																									
Amortização	(100.891)	(65)	(100.966)																									
Baixas	582	—	582																									
Saldos em 31/12/2025	(785.373)	(1.005)	(786.388)																									
Saldos em 31/12/2024	798.258	185	798.443																									
Saldos em 31/12/2025	732.901	190	733.091																									
Taxa média de amortização (a.a.)	24,55%	21,18%																										
31/12/2025	31/12/2024																											
Ativo intangível	679.568	762.697																										
Ativo contratual	53.523	34.746																										
Total ativo da concessão	733.091	798.443																										
(a) Referem-se aos itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tração estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados". (b) Conforme mencionado na Nota 5, durante o exercício de 2025 a Companhia concluiu a obra de Passos, a qual em acordo com o Poder Concedente, ARTEMIG, será reembolsada monetariamente. Em função disso, o custo com o Ativo Intangível a ser reembolsado, foi transferido para o contas a receber com Poder Concedente. Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP (01) (R1)/IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o (i) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Em 31/12/2025 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R\$ 53.523 (R\$ 34.746 em 31/12/2024). O montante de ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31/12/2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:																												
• ITV 129 - km 301,4 ao km 304,8	R\$ 17.261																											
• ITV 135B - Implantação de 3a faixa km 318 a km 318,2	R\$ 8.414																											
• ITV 81B-82-83 - Implantar na travessia urbana de 20m de largura múltipla com separador central - km 201,7 ao km 204,5	R\$ 3.982																											
• ITV 147 - km 350,5 ao km 351,55	R\$ 1.409																											
• Recuperação de Passivos Ambientais	R\$ 18.795																											
• Capitalização de Juros	R\$ 3.520																											
• Demais obras	R\$ 3.742																											
	R\$ 53.523																											
Teste por redução ao valor recuperável (impairment): A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31/12/2025 e 31/12/2024. 8. Debêntures:																												
Quantidade	Taxas	Venci-	31/12/2025	31/12/2024																								
Série	emitida unitária	contra-tuais (%)																										
5ª emissão	400.000	5,97% a.a.	2030																									
			370.540	414.302																								
			370.540	414.302																								
			(9.970)	(12.940)																								
Custo de transação																												
Saldo líquido			360.570	401.362																								
Circulante			82.762	57.172																								
não circulante			277.808	344.190																								
Cronograma de desembolsos (não circulante):																												
Ano do vencimento			Valor																									
2027			10.295																									
2028			68.464																									
2029			71.038																									
2030			135.385																									
(-) Custo de transação			(7.374)																									
			277.808																									
5ª emissão: Em 19/05/2021, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 da espécie quirografária, com garantia fiduciária adiantada, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e são atualizadas monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e mais 5,97% a.a. As debêntures da 5ª emissão da Companhia foram garantidas por: (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. (2) Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1. (3) Fiança da controladora Via Appia Concessões S.A. Cláusulas restritivas: A escritura da 5ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento do ICSD (Índice de Cobertura do Preço da Dívida), apurados semestralmente a partir de dezembro de 2022. A escritura contempla também cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento não financeiro. A Companhia não apresenta devios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2025. 9. Fornecedores: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores de serviços de construção</td> <td>53.373</td> <td>41.609</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores operacionais</td> <td>5.039</td> <td>2.799</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>58.412</td> <td>44.408</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia. 10. Obrigações fiscais: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Programa de Integração Social - PIS e COFINS</td> <td>5.632</td> <td>2.253</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre serviços - ISS</td> <td>5.444</td> <td>1.073</td> </tr> <tr> <td>INSS Terceiros</td> <td>595</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>414</td> <td>310</td> </tr> <tr> <td><</td></tr></tbody></table></p>		31/12/2025	31/12/2024	Fornecedores de serviços de construção	53.373	41.609	Fornecedores operacionais	5.039	2.799	Total	58.412	44.408		31/12/2025	31/12/2024	Programa de Integração Social - PIS e COFINS	5.632	2.253	Impostos sobre serviços - ISS	5.444	1.073	INSS Terceiros	595	—	Outros	414	310	<
	31/12/2025	31/12/2024																										
Fornecedores de serviços de construção	53.373	41.609																										
Fornecedores operacionais	5.039	2.799																										
Total	58.412	44.408																										
	31/12/2025	31/12/2024																										
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	5.632	2.253																										
Impostos sobre serviços - ISS	5.444	1.073																										
INSS Terceiros	595	—																										
Outros	414	310																										
<																												



continuação

provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. **Reconciliação dos tributos:** O imposto de renda e a contribuição social líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	39.043	(56.853)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(13.275)	19.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (i)	(2.428)	(9.090)
Outras diferenças permanentes	(1.592)	(2.681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.295)	(7.559)
Alíquota efetiva de impostos	44,30%	13,30%

(i) Ativo fiscal diferido não reconhecido no período, considerando que para essa parcela não é provável a geração de lucro tributável futuro de acordo com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e IAS 12 Income Taxes. **14. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2025 é de R\$ 901.447, representado por 1.614.737.102 ações ordinárias (R\$ 861.447 em 31/12/2024, representado por 1.471.879.959), sem valor nominal, detidas diretamente pela Via Appia Concessões S.A. Em 12/12/2025, ocorreu o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 40.000 (quarenta milhares de reais), mediante a emissão de 142.857 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Reserva de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/07/2015, foi aprovada a cisão total da Atlanta Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do antigo Grupo. A antiga controladora AB Concessões S.A., até então única acionista da Atlanta Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 7.402 como contrapartida dos saldos incorporados.

15. Receita operacional líquida: A receita é composta conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio	265.187	239.274
Outras receitas - contraprestação pecuniária (a)	19.152	20.173
Receita de serviços de construção (b)	92.865	13.803
Receita bruta	377.204	273.250
Impostos sobre as receitas:		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(16.712)	(11.580)
PIS	(2.352)	(1.686)
COFINS	(10.857)	(7.783)
Receita líquida	347.283	252.201

(a) Refere-se à receita de contraprestação pecuniária recebida do Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. (b) Refere-se à receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.

16. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação de rodovia	(44.887)	(45.079)
Amortização de intangível (a)	(102.013)	(99.631)
Gastos com prestadores de serviços	(34.832)	(38.113)
Gastos com funcionários	(21.636)	(21.316)
Gastos com materiais e equipamentos	(13.807)	(2.554)
Custos com construção (b)	(68.102)	(13.803)
Reversão (Provisão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (c)	24.110	(22.906)
Despesas com seguro	(3.222)	(1.578)
Outras despesas	(3.803)	(2.463)
Outras receitas	187	432
Total	(265.105)	(247.011)

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.047 em 31/12/2025 e R\$ 934 em 31/12/2024. (b) No exercício de 2025, a diferença entre os custos com construção e a receita de construção (NE 15) decorre de efeitos de margem de construção relacionados ao 9º TAM do Contrato de Concessão e o custo decorrente do informado na NE 7. (c) Refere-se às adições, reversões e atualizações da provisão para processos cíveis, trabalhistas e outras, vide nota explicativa 12, líquido dos valores de reembolso vinculados a contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, que apresentaram uma variação no montante de R\$ 16.343 no exercício findo em 31/12/2025.

17. Resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (a)	11.204	5.123
Outras receitas financeiras	15	321
Total	11.219	5.444
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos	(9.258)	(13.516)
Juros e variações monetárias sobre debêntures (b)	(44.896)	(48.777)
Juros capitalizados	4.031	-
Comissões bancárias e outras	(1.118)	(872)
Outras despesas financeiras	(4.113)	(4.222)
Total	(54.354)	(67.487)
Resultado financeiro	(43.135)	(62.043)

18. Resultado básico e diluído por ação: A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG050 S.A.

(a) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária a receber do Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 5. (b) Juros e variação monetária das debêntures da 5ª emissão que correspondem a variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano, conforme nota 8.

18. Resultado básico e diluído por ação: A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

	31/12/2025	31/12/2024
Básico e diluído (em unidades)	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício (em Reais)	21.748.322	(49.295.135)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	1.483.784.721	1.471.879.959
Lucro (Prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	0,0147	(0,0334)

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos. **19. Demonstrações dos fluxos de caixa:** a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas dos fluxos de caixa abaixo.

Informações suplementares:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6.807	2.415
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.807	2.415
Aquisições do intangível - Fornecedores	(6.807)	(2.415)
Aquisições de direito de uso	(29.222)	(1.211)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(36.029)	(3.626)
Arrendamento	29.222	1.211
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	29.222	1.211

b) **Reconciliação das atividades de financiamento:**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(401.362)	(1.764)
Debitamentos	85.688	994
Arrendamentos	(1.764)	(403.126)
Total	85.688	86.959
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	85.688	994
Outras variações	-	(28.633)
Captação	(44.896)	(44.896)
Juros sobre debêntures passivas	(96)	(96)
Ajuste a valor presente e juros	(44.896)	(28.729)
Total das outras variações	(44.896)	(73.625)
Saldo Final	(360.570)	(29.222)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o reforço de seu capital de giro. **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo) uma vez que as contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, e característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	360.570	318.949
Caixa e equivalentes de caixa	43.366	63.550
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	96.857	15.876
Passivos	58.412	44.408
Fornecedores - partes relacionadas	5.075	1.678
Debêntures	360.570	401.362
Dividendos a Pagar	5.785	5.785

(a) **Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por métodos de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2025 a Companhia mantém os instrumentos financeiros divulgados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros

derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2025. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; a) **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Exposição a riscos e de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31/12/2025, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderiam gerar impacto nos resultados e nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: **Cenário provável:** manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/2025. **Cenário II:** aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2025. **Cenário III:** aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2025. Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável, conforme quadro a seguir:

	Valor Contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do IPCA (a)		4,26%	5,33%	6,39%
Variação do CDI (a)		15,00%	16,07%	17,13%
Debêntures indexador				
Debêntures 5ª emissão - IPCA (b)	(370.540)	(38.849)	(43.030)	(47.212)
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários Indexador				
CDB e operações comprissadas - CDI (c)	36.415	5.111	6.382	7.651
Exposição líquida - perda	(334.125)	(33.738)	(36.648)	(39.561)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base			(2.910)	(5.823)

(a) Fonte: Banco Central do Brasil Sistema de Expectativa de Mercado - Séries de estatísticas consolidadas. (b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. (c) Conforme nota explicativa nº 4. **Exposição a riscos cambiais:** Em 31/12/2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominados em moeda estrangeira. b) **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a

Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de classificação de risco de crédito ("rating"). A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobrança. A Companhia apresenta valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

	Valor Contábil	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		96.857	15.876
Caixa e equivalentes de caixa		43.366	63.550
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente		96.857	15.876
Risco de liquidez: O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequadas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. A medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício.			

Modalidade

	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:								
Contas a receber de clientes e poder concedente	96.857	-	96.857	-	-	-	-	-
Total ativo	96.857	-	96.857	-	-	-	-	-
Passivos:								
Debêntures - principal e juros (b)	(399.297)	(66.485)	-	(96.982)	(96.982)	(59.323)	(180.673)	(90.071)
Fornecedores e partes relacionadas	(41.512)	-	(8.405)	(33.107)	(41.512)	-	-	-
Passivo de arrendamento	(29.222)	(7.384)	(1.736)	(5.208)	(6.944)	(18.805)	(8.693)	(4.828)
Dividendos a pagar	(5.785)	-	-	-	-	-	(5.785)	(5.785)
Total passivo	(475.816)	(73.869)	(10.141)	(135.297)	(145.438)	(78.128)	(189.366)	(100.684)
Exposição líquida	(378.959)	(73.869)	86.716	(135.297)	(48.581)	(78.128)	(189.366)	(368.178)

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2025 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as provisões da escritura das debêntures. Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. **21. Gestão de risco de capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros. Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Endividamento:** O índice de endividamento é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Divida financeira total (a)	370.540	414.302
Caixa e equivalentes de caixa	(43.366)	(63.550)
Divida líquida	327.174	350.752
Patrimônio líquido	428.408	366.658
Índice de endividamento líquido	0,76	0,96

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,76 em 31/12/2025 (0,96 em 31/12/2024), principalmente devido ao reforço de caixa, resultado da 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8), cujos recursos foram destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de custos, despesas ou dívidas, ocorridas no período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses antes do encerramento da oferta relativos à consecução de Projeto, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007. **22. Informação por segmento:** Um segmento operacio-

nal é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. **23. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	46.427	Outubro/2026
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	44.593	Outubro/2026
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	24.261	Outubro/2026
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	57.782	Setembro/2027
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	144.807	Setembro/2027

24. Eventos subsequentes: Conforme descrito na nota 5 (b), na data de 22/01/2026 a Companhia recebeu a 1ª parcela, no montante R\$ 53.632.

CONTADOR

Luis Felipe Araujo de Carvalho - CRC 1SP-337989

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

profissional ao longo da auditoria. Além disso, - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora - CRC 1SP252905/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/8460-9D33-4B75-25C7> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8460-9D33-4B75-25C7



Hash do Documento

vct+6auSXctNMxS1tdkgbymO6eEcoOHXy9hGnxb75KM=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 13/04/2026 21:28
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9165222 Longitude: -43.9573771 Accuracy: 3672.796724044596

IP: 172.16.4.2

AC: AC SAFEWEB RFB v5

